



Revista  
**Educar Mais**

## Uma breve análise sobre o estágio remunerado: ato educativo ou força de trabalho precarizada?

*A brief analysis on paid internship: educational act or precarized work force?*

*Breve análisis sobre la pasantía remunerada: ¿acto educativo o fuerza laboral precarizada?*

Angelita Carvalho de Oliveira de Freitas<sup>1</sup>; Márcia Helena Sauer Guimarães Rostas<sup>1</sup>; Rafael Montoito Teixeira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho corresponde à fase inicial de uma pesquisa que elege para estudo a categoria estágio remunerado e tem como objetivo traçar uma breve discussão sobre o que o caracteriza e qual sua relação entre os atos educativo e laboral. Para desenvolver a pesquisa aplicamos um questionário, contendo quatorze perguntas, abertas e fechadas, para um grupo de seis estagiários do setor de manutenção de redes e computadores do IFSul – Campus Pelotas. Após, utilizamos como técnica de análise de dados a análise interpretativa buscando, indícios de precarização e exploração de mão de obra, através das motivações que levaram estes jovens a procurar o estágio e de que maneira ocorre seu relacionamento com os demais trabalhadores. Estes indícios apareceram na forma de hierarquia, diferença salarial frente a diferença ou igualdade de responsabilidades durante a prática do estágio dentre outras categorias que serão comentadas. A partir das respostas, constatamos que há, nesse grupo especificamente, indícios de precarização e exploração de mão de obra e que o estágio, nesse caso, deixa de lado sua função pedagógica.

**Palavras-chave:** Estágio; Trabalho; Precarização; Flexibilização.

### ABSTRACT

*The present work corresponds to the initial phase of a research that elects the paid internship category and aims to draw a brief discussion about what characterizes the internship and what is its relation between the educational and labor acts and thus, can impact on the work practice of the students of this modality. To develop the research we applied a questionnaire containing fourteen open and closed questions for a group of six trainees, IFSul – Campus Pelotas, and use as data analyses technique the interpretative analysis, seeking, thus, indications of precariousness and exploration of manpower, through the motivations that led these young people to seek the internship and their relationship with other workers, such as example the hierarchy, the salary difference against the difference or equality of responsibilities during the internship. Thus, based on the answers inferred through the questionnaire applied, we find that there are in this group, specifically, signs of precariousness and exploration of manwork. The internship, in this case, leaves aside its pedagogical function and assumes a form of flexibility and precariousness of work.*

**Keywords:** Internship. Work. Precariousness. Flexibility.

<sup>1</sup>IFRSul - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense - Campus Pelotas, Pelotas/RS - Brasil.

## RESUMEN

*El presente trabajo corresponde a la fase inicial de una investigación que elige para su estudio la categoría pasantía remunerada y tiene como objetivo esbozar una breve discusión sobre lo que la caracteriza y cuál su relación entre los actos educativos y laborales. Para desarrollar la investigación se aplicó un cuestionario, conteniendo catorce preguntas, abiertas y cerradas, para un grupo de seis pasantes, del sector de mantenimiento de redes y ordenadores del IFSul – Campus Pelotas, Después, utilizamos el análisis interpretativo como técnica de análisis de datos, buscando pistas de precariedad y explotación laboral, a través de las motivaciones que llevaron a estos jóvenes a buscar la pasantía y cómo es su relación con los demás trabajadores. Estas pistas aparecieron en forma de jerarquía, diferencia salarial en comparación con la diferencia o igual responsabilidad durante la práctica de pasantía, entre otras categorías comentadas adelante. Así, a partir de las respuestas inferidas a través del cuestionario aplicado, encontramos que existen, en este grupo específicamente, pistas de precariedad y explotación laboral y, en este caso, la pasantía deja de lado su función pedagógica.*

**Palabras clave:** Pasantía; Trabajo; Precariedad; Flexibilización.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho corresponde à fase inicial de uma pesquisa que elege para estudo a categoria estágio remunerado para traçar uma breve discussão sobre o que o caracteriza e qual sua relação entre os atos educativo e laboral. A partir disso, pretende analisar de que maneira esta atividade, considerada como ato educativo (que muito se assemelha a uma forma, e também uma força, de trabalho atípica e flexível), pode impactar na prática laboral dos estudantes/trabalhadores desta modalidade. Percebemos, numa pré-análise, o estágio como uma das formas de precarização legalizada do trabalho, sendo mais lucrativa para as empresas e para o Estado, dado o baixo custo que representa, o que nos instiga o desejo em aprofundar as pesquisas e debates destas questões.

Para que este tema tivesse um caráter mais empírico e, desta forma, pudéssemos discutir junto a estes trabalhadores as suas sensações/implicações com relação a este assunto, escolhemos investigar estagiários/bolsistas que ocupam postos de trabalho no setor de manutenção de redes e computadores do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul – Campus Pelotas, na forma específica de grupo focal e, com eles desdobramos aspectos pertinentes a esta discussão.

A precarização do trabalho através do estágio vem crescendo gradualmente nas últimas décadas, acentuando-se nos momentos de maior liberalização da economia com o objetivo de se obter redução dos custos de produtos e serviços e, em detrimento desse fator, o caráter pedagógico do estágio frequentemente é posto de lado e, em muitos casos, é o próprio Estado que contribui com essa precarização. Há mais de seis décadas de publicações de instrumentos regulatórios sobre o estágio. Neste período, vale ressaltar a Lei nº 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), que fixou as diretrizes e bases da educação, impondo a profissionalização a toda escola secundária nacional, tornando evidente a necessidade do estágio como elemento complementar à formação do aluno. A LDB, naquele momento, permitiu a improvisação para o cumprimento legal desta complementação de formação resultando, assim, na precarização do trabalho porque o foco da oferta competia à unidade interessada no estágio que articulava-se com as instituições de ensino, ou seja, o foco centrava-se no setor produtivo, as empresas.

Por isso, buscamos responder, através deste trabalho, o seguinte questionamento: estaria o estágio remunerado cumprindo seu caráter pedagógico ou, ao invés disso, apenas servindo como forma de contratação de estudantes como força de trabalho barata?

Esta pesquisa está centrada em uma metodologia qualitativa em que, além de um estudo um pouco mais aprofundado do aporte teórico, foi aplicado um questionário, contendo 14 (quatorze) perguntas, abertas e fechadas, a 06 (seis) estagiários/bolsistas que compõem nosso grupo focal, utilizando-se como técnica de análise de dados a análise interpretativa objetivando apresentar uma breve discussão sobre o que caracteriza o estágio e sua relação entre o ato educativo e a atividade laboral, buscando indícios de precarização e exploração de mão de obra. Para isso, analisaremos as motivações que levam os estudantes a procurar o estágio e seu relacionamento com os demais trabalhadores. Indícios estes que aparecem na forma de hierarquia, diferença salarial frente a diferença ou igualdade de responsabilidades, dentre outras categorias, procurando comparar o desenvolvimento dos conhecimentos acumulados na sua formação durante a prática do estágio.

## 2. DISCUTINDO O TEMA

O estágio é, há muito, a porta de entrada dos estudantes no mercado de trabalho. No Brasil, o estágio remunerado e as bolsas de estudo e aprendizagem são percebidas como uma complementação à formação escolar. No entanto, há nessa relação a presença maciça da precarização do trabalho, a qual gera um exército de mão de obra amplamente utilizada, tanto pela iniciativa privada quanto pelos órgãos públicos, legalizada pelo Estado através da Lei n. 11.778/2008.

Esta lei dá às empresas o benefício de remunerarem seus estagiários com um salário-mínimo (ou menos), ou seja, a legislação permite e apoia a utilização do trabalho juvenil, a propósito de treinamento. Através de um estágio remunerado, o jovem trabalhador assume postos de trabalho e é destituído dos direitos trabalhistas que são devidos aos demais trabalhadores.

Segundo Valeriano (2009, p. 3),

a questão central da precariedade do trabalho do estagiário é a legislação evasiva que determina seu caráter. Cada vez mais os estagiários têm passado a ter todos os deveres comuns ao do profissional contratado, porém sem compartilhar de seus direitos.

A Lei n. 11.788/2008 traz um caráter benéfico aos estudantes no que tange à sua formação. Em contra partida, a percepção da bolsa-auxílio, cuja função é auxiliar nos deslocamentos e na alimentação do estagiário, acaba assumindo uma condição de contribuição e, algumas vezes, servindo de única renda familiar. A diminuição dos postos de trabalho formal, aliada à exigência de experiência comprovada, leva a uma procura maior pelos estágios remunerados, bem como pelas bolsas de aprendizagem, que acabam ganhando status de "emprego", o que nos leva a crer que culmina na colocação de sua função pedagógica em segundo plano.

O conceito de estágio, segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é definido como:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

A contratação do estagiário/bolsista se dá mediante um termo de compromisso assinado entre o estudante, a instituição de ensino e a empresa contratante. No entanto, tal termo não assegura ao estudante nenhum vínculo empregatício ou assistência previdenciária, isto é, a “lei do estágio” esconde um conjunto de estratégias que facilitam, para algumas empresas, a contratação de mão de obra barata descaracterizando, assim, a função pedagógica do estágio.

O mercado de trabalho no Brasil passa por momentos de dificuldade e isso vem facilitando, já há um tempo, a utilização dos estudantes como força de trabalho precarizado e de baixo custo. As transformações do mercado aliada à regulamentação do Estado sobre as atividades do estágio/bolsa pedagógica contribuíram para o desvirtuamento dos contratos deste tipo de “emprego”, tornando-o um dos tipos mais usuais de flexibilização e de precarização do trabalho qualificado, excluindo, quase que por completo, todo seu caráter de complementação à formação escolar.

De acordo com Antunes (2007, p. 56), o objetivo central do modelo flexível é a redução de trabalhadores e o aumento da produtividade, de forma que “reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração de mais valia”.

Pela lógica que conduz essas tendências (que em verdade são respostas do capital a sua crise estrutural), acentuam-se os elementos destrutivos. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente [...]. Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2007, p. 34)

Segundo Mészáros (2008, p. 27), “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.” O estágio remunerado, especificamente, vem de encontro ao pensamento dos teóricos, muito embora beneficie a complementação da formação acadêmica e propicie ao estudante certa independência financeira, possibilitando a manutenção e financiamento deste no ensino médio ou no superior, custeando suas despesas pessoais e, até mesmo, complementando a renda de suas famílias. Jovens entre 19 e 25 anos costumam ser a maioria entre os estagiários. Um dos motivos seria que estes “[...] trabalhadores inexperientes também podem ser mais facilmente iludidos com a possibilidade de carreira e, assim, aceitam mais facilmente os aspectos negativos do trabalho, em particular, o ritmo acelerado da produção”. (BERNARDO, 2009, p.45)

Diante da restrição, cada vez maior, de vagas no mercado laboral, o que se percebe é que o aluno geralmente aceita qualquer oportunidade de trabalho mesmo que essas não correspondam à sua área de formação. Vivemos em um mundo globalizado dominado pelo modo de produção capitalista que gera, reproduz e sustenta a pobreza e a exclusão, ocasionando uma alta competitividade.

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido

amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, "flexível", depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 25, grifo do autor)

Assim, na ânsia por colocar em prática seu aprendizado e, motivado pela necessidade econômica, esse aluno acaba ocupando vagas de pessoas adequadas/qualificadas ao cargo ou função pretendidos. Sobre essa questão, Paula (2004, p. 3) diz que:

entre as consequências podemos citar um aumento do número de desempregados, obviamente decorrentes da troca de empregados efetivos por estagiários (estagiários custam menos para as empresas); uma maior precarização do emprego, pois, em razão da maior oferta de trabalho gerada pelo aumento do desemprego, as pessoas se sujeitam a ganhar menos para poderem ao menos se sustentarem; um aumento de déficit da previdência social (não há recolhimento de INSS para estagiários); empobrecimento da população (consequência direta da precarização do emprego); entre tantas outras. Ressalta-se ainda que, apesar de ainda ser minoria, estas relações distorcidas de estágio, relações que não preenchem quaisquer requisitos materiais, encontram respaldo em alguns acórdãos, sob o fundamento de que apenas pela presença de integração social do aluno em relação aos seus colegas de trabalho, já se estaria proporcionando aperfeiçoamento acadêmico profissional.

Outro motivo que impulsiona os jovens à procura destes postos é, possivelmente, a escassez de concursos públicos. Devido à precariedade nos postos de trabalho das instituições públicas, o Estado acaba por utilizar-se de mão de obra juvenil através dos estágios/bolsas de aprendizagem, dessa forma garantindo o funcionamento de seus órgãos.

### 3. PERCURSO DE UMA INVESTIGAÇÃO

Diante deste cenário, decidimos realizar a investigação junto a um grupo de estagiários lotados em uma Instituição de Ensino da Rede Pública Federal, na área tecnológica. A aproximação com os informantes ocorreu primeiramente através de uma conversa, informal, com o coordenador do setor. Através dele, recebemos a proposta de, a partir do uso da tecnologia, buscando abranger a todos os estagiários, realizar a entrevista através de um grupo formado em uma rede social. Embora saibamos que a linguagem assume diversos formatos e que a não presencialidade coibiria a relação que poderia ser feita da palavra enunciada com a gestualidade, mas avaliando a importância deste tema, experimentamos abraçar a proposta.

O caminho escolhido foi o de, em um primeiro momento, convidá-los a fazer parte da pesquisa, deixando-os à vontade para aceitar ou não. A abordagem ocorreu por meio eletrônico, através de mensagem a um grupo de *WhatsApp*<sup>2</sup>, já existente, criado pelos próprios estagiários. Por esse grupo, enviamos a mensagem contendo um link para o *Google Forms*<sup>3</sup>, dando acesso ao questionário a ser respondido por eles. A aproximação aos estudantes/trabalhadores, conforme mencionado anteriormente, foi mediada pelo coordenador do setor. Do universo de 06 (seis) estagiários todos aceitaram a proposta.

O corpus, então, é composto por seis respondentes, sendo três mulheres e três homens, com idades entre 20 e 39 anos, dos quais: cinco cursam o ensino superior e um o ensino médio/técnico. Apenas um deles se apresenta como não sendo solteiro. Todos desenvolvem suas atividades de estágio no

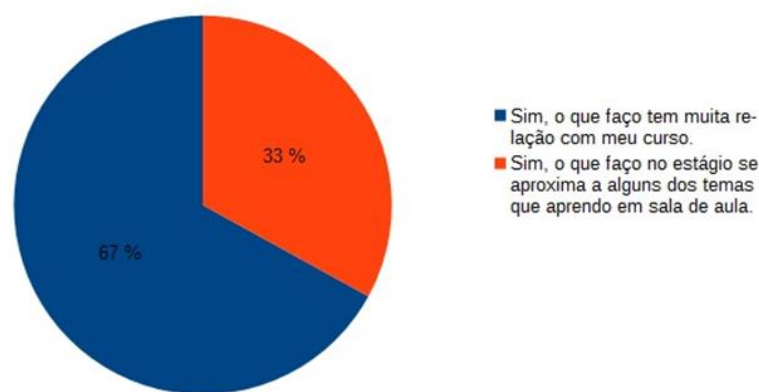
<sup>2</sup> Aplicativo de mensagens e chamadas para celular. (WHATSAPP, 2020)

<sup>3</sup> Aplicativo online de coleta e organização de informações através de questionários e/ou formulários. (GOOGLE, 2020)

mesmo setor que, segundo eles, é formado por uma equipe de 12 (doze) pessoas, sendo 06 (seis) estagiários e 06 (seis) funcionários efetivos. Os estagiários se dividem em dois grupos, de três pessoas cada, para atender o setor entre manhã e tarde e, de acordo com as respostas apresentadas, todos trabalham, no máximo, até 06 horas por dia.

Faz-se pertinente alertarmos que nessa primeira parte da análise lidamos com perguntas fechadas, ou seja, os entrevistados tinham apenas uma única possibilidade de resposta. Os respondentes apresentaram pontos de vista bastante semelhantes no que tange à prática do estágio e suas implicações acadêmicas. Começamos nossa análise perguntando aos estagiários se eles achavam que havia uma relação (ou não) entre a prática desenvolvida no estágio e a teoria aprendida em seus cursos. Houve praticamente uma unanimidade nas respostas apontadas, conforme podemos observar na Figura 1.

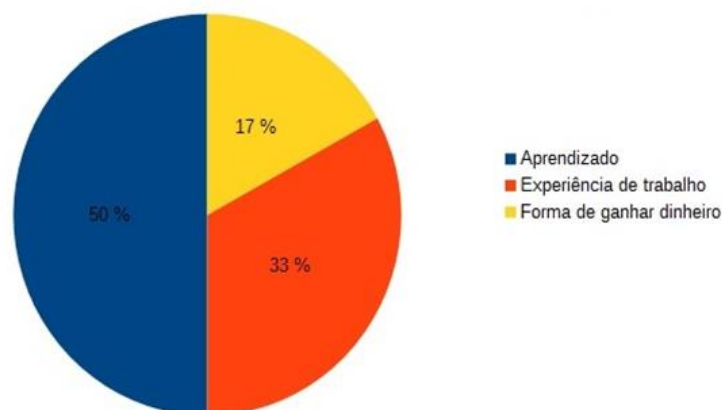
**Figura 1.** Respostas da pergunta: "Você percebe as relações entre a teoria aprendida no curso e a prática desenvolvida no seu estágio?"



Fonte: Autores

Já ao serem questionados sobre qual o motivo da procura pelo estágio, 100% dos entrevistados disseram ter procurado o estágio como forma de na área de formação. Entretanto, quando perguntados se o estágio serve mais como aprendizado, experiência de trabalho ou forma de ganhar dinheiro, obtivemos as seguintes respostas, conforme apresentado na Figura 2.

**Figura 2.** Resposta da pergunta: "Você acredita que o estágio remunerado serve mais a que propósito?"



Fonte: Autores

Fica claro a partir destas respostas que, para estes jovens, o estágio, além de uma complementação na formação acadêmica, é, também, uma porta de entrada para o mundo do trabalho, pois colocam em segundo lugar a experiência de trabalho, algo tão requisitado no campo laboral.

Em seguida, partimos para um outro patamar de questionamento, onde possibilitamos aos estagiários darem sua resposta pessoal. Inquirimos os entrevistados sobre qual a importância do papel financeiro que o estágio exerce em suas vidas. Para tanto, perguntamos: "Que importância tem/teve a questão financeira no fato de você ter procurado o estágio?". Algumas das respostas que obtivemos foram:

Estagiário A: "Conseguir me manter com o mínimo possível até terminar os estudos".

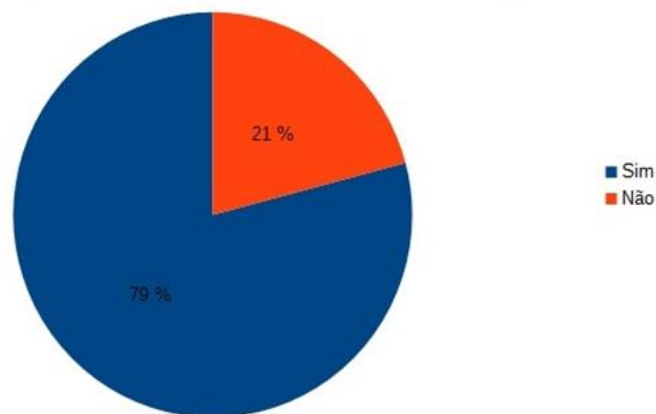
Estagiário B: "Muito importante pois, além de estar aprendendo, estou fazendo uma renda para mim".

Estagiário C: "Teve importância pois além do aprendizado na área do curso também me proporciona uma independência mesmo que pequena nos meus gastos".

Estagiário D: "Possibilita unir o aprendizado necessário com o mínimo de renda para sobreviver."

Após, fomos um pouco mais além e perguntamos se algum deles exercia uma outra atividade remunerada além do estágio e as respostas estão apresentadas na Figura 3.

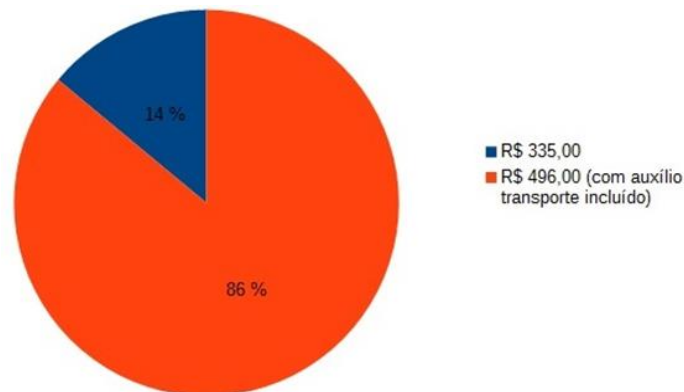
Figura 3. Respostas da pergunta: "Você exerce outra atividade remunerada além do estágio?"



Fonte: Autores

A partir desta pergunta, buscamos, ainda, saber se o estágio figurava (ou não) como fonte principal de renda para estes trabalhadores e, outra vez, obtivemos uma resposta unânime em que todos responderam sim. Ainda, para que pudéssemos chegar mais facilmente a um resultado em nossa pesquisa, fizemos outro questionamento relacionado à remuneração: "Qual o valor mensal de sua bolsa de estágio?". As respostas estão apresentadas na Figura 4.

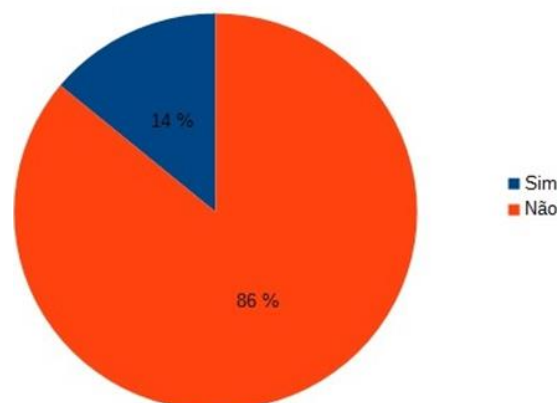
Figura 4. Resposta da pergunta: "Qual o valor mensal da sua bolsa de estágio?"



Fonte: Autores

Para finalizar as perguntas sobre a importância (ou não) da remuneração, a fim de corroborar nossa conclusão, questionamos se fariam o estágio caso não fossem remunerados e recebemos o *não* como maioria esmagadora das respostas dos respondentes, conforme mostrado na Figura 5.

Figura 5. Resposta da pergunta: "Você faria estágio se ele não fosse remunerado?"



Fonte: Autores

Até aqui, fica evidente que a questão financeira pesa bastante para os estagiários. Dos 06 entrevistados, 05 afirmaram que não estagiariam caso não fossem remunerados. Além disso, os estudantes/trabalhadores também foram questionados sobre como viam o seu trabalho, enquanto estagiários, em relação aos demais trabalhadores no que diz respeito ao nível de exigência, ritmo de trabalho e remuneração. Ficou evidente que, na maioria dos casos, as responsabilidades são elevadas, o ritmo de trabalho é intenso e a remuneração é insatisfatória, conforme podemos ver examinando as respostas fornecidas pelos estagiários:

Estagiário A: "Meu trabalho é fundamental para o bom funcionamento do setor onde realizo o estágio, meus superiores pouco colaboram no serviço, na verdade somos vistos como empregados da instituição e não como estagiários, somos cobrados como tal e remunerados como estagiários".

Estagiário B: "O nível de exigência por vezes é mais do que realmente precisa, pois temos atividades que não sabemos como proceder e são raras as ajudas que temos dos funcionários. Ritmo de trabalho é normal e a remuneração é muito baixa para os dias de hoje, além do que o que é passado para a gente em relação ao valor do vale-transporte não condiz do que é o valor atual. Ganhamos um valor que não cobre toda a passagem".

Estagiário C: "Acredito que meu trabalho é importante para equipe como um todo. Gostaria de ter acesso a outras atribuições que são reservadas a servidores, mas entendo que não tenho por segurança da informação. Considero minha remuneração insuficiente".

Estagiário D: "Tem um ritmo de trabalho moderado mesmo exigindo algum conhecimento não o tendo sempre tem alguém disposto a ajudar, explicar ou procurar a resposta junto quando surgem maiores dificuldades. A remuneração é como descreve na divulgação das vagas, seria uma bolsa somente paliativa sem a real intenção de que este valor pago seja um salário".

#### 4. CONCLUSÃO

O estágio remunerado não obrigatório é a modalidade que mais se aproxima da relação empregatícia tradicional. Por não exigir, por parte do contratante, as mesmas obrigações que um contrato regido



pela CLT exigiria, organizações públicas e privadas vêm substituindo seus profissionais por estagiários, pois têm, nesses, mão de obra qualificada e de baixo custo.

Esse estudo teve como objetivo verificar no estágio remunerado não obrigatório sua relação entre o ato educativo e a relação laboral buscando indícios de precarização e exploração de mão de obra. Sendo assim, a partir das respostas analisadas através do questionário aplicado, constatamos que há, nesse grupo, especificamente, indícios de precarização e exploração de mão de obra. O estágio, nesse caso, deixa de lado sua função pedagógica e se apresenta como uma forma de flexibilização e precarização do trabalho.

Percebemos essa constatação a partir do fato que, apesar das atividades serem previamente acordadas em termo de compromisso, não é assim, na prática, que as coisas funcionam. Os estudantes/trabalhadores relataram que há vezes que lhes são atribuídas as mesmas ou até mais tarefas que deveriam ser, obrigatoriamente, destinadas aos funcionários concursados, devido ao seu alto grau de complexidade ou mesmo de periculosidade, haja vista que esses funcionários recebem adicional por perigo enquanto os estagiários não. Essa "igualdade" no trabalho dá, ao estagiário, não só a sensação de ser explorado, como a de que deveria ser melhor remunerado. Sendo assim, afirmamos que, nos termos aqui expostos, entendemos que o estágio está constituindo, sim, uma forma de precarização do trabalho e deixa de lado seu caráter pedagógico.

## 5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo, Boitempo. 2007.

BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**. São Paulo, Expressão Popular. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)> Acesso em: 16 jul. 2020.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2.ed. - São Paulo, Boitempo. 2008.

PAULA, Pedro Delgado de. **Contrato de estágio como meio fraudulento de contrato de trabalho**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 9, n. 200, 22 jan. 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4773>> Acesso em: 6 nov. 2017.

VALERIANO, Maya D. Estágio precarizado. In: **Anais**. VI colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX. Campinas, nov. 2009.